

Lácteos

Luciano Feijão Ximenes

Zootecnista. Doutor em Zootecnia
Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE
Banco do Nordeste do Brasil – BNB
lucianoximenes@bnb.gov.br

Resumo: a cadeia brasileira de lácteos avançou de forma moderada no primeiro semestre de 2026, com captação formal de 13,4 bilhões de litros, alta de 1,81% frente ao mesmo período de 2025. O Nordeste cresceu 2,93%, acima da média nacional, e alcançou 1,26 bilhão de litros, com Sergipe, Bahia e Ceará concentrando 69,3% do volume regional. A recuperação do preço do leite favoreceu a receita dos produtores, mas as margens continuaram pressionadas pelos custos da alimentação, energia, transporte e capital de giro. No comércio exterior, o déficit brasileiro aumentou 15,71%, para US\$ 723,72 milhões entre janeiro e agosto, refletindo o avanço das importações de leite em pó e queijos. O risco de crédito permanece administrável, porém crescente e desigual entre produtores e empresas. No Nordeste, o fortalecimento do El Niño amplia a exposição a chuvas irregulares, calor, restrição hídrica e menor oferta de forragem, fatores que podem reduzir a produção, elevar a suplementação alimentar e comprometer a capacidade de pagamento. Água, reservas forrageiras, produtividade, liquidez e gestão de custos tornam-se, portanto, fatores decisivos para a resiliência financeira da atividade.

Palavras-chave: Lácteos, Semiárido, Nordeste, produção, desafios.

1 Panorama Global

Dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos USDA (julho de 2026), indicam que a produção conjunta dos cinco principais exportadores, União Europeia, Estados Unidos, Nova Zelândia, Argentina e Austrália, deverá alcançar 300,8 milhões de toneladas de leite, 52,48% do total mundial, crescimento de 1,6% frente a 2025. A UE lidera o ranking global, com 150,0 milhões de toneladas (26,17%), seguida pelos EUA, com 107,3 milhões (18,73%), Nova Zelândia, 22,5 milhões (3,93%), Argentina, 12,25 milhões (2,14%), e Austrália, 8,7 milhões de toneladas (1,52%). Fora desse núcleo exportador, a Índia deverá produzir 105,4 milhões de toneladas (18,39%), destinadas majoritariamente ao mercado interno, cujo consumo de leite fluido está estimado em 93 milhões de toneladas.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE

Expediente: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE: Rogerio Sobreira Bezerra (Economista-Chefe) Allisson David de Oliveira Martins (Gerente de Ambiente). Célula de Estudos e Pesquisas Setoriais: Luciano F. Ximenes (Gerente Executivo), Biagio de Oliveira Mendes Junior, Fernando L. E. Viana, Francisco Diniz Bezerra, Jackson Dantas Coelho, Kamilla Ribas Soares, Maria de Fátima Vidal. Célula de Gestão de Informações Econômicas: Wendell Márcio Araújo Carneiro (Gerente Executivo), Carlos Henrique Alves de Sousa, Márcia Melo de Matos, Gustavo Bezerra Carvalho (Projeto Gráfico), Breno Pereira Aragão, Sânia da Silva Costa (Bolsistas de Nível Superior). O Caderno Setorial ETENE é uma publicação mensal que reúne análises de setores que perfazem a economia nordestina. O Caderno ainda traz temas transversais na sessão "Economia Regional". Sob uma redação eclética, esta publicação se adequa à rede bancária, pesquisadores de áreas afins, estudantes, e demais segmentos do setor produtivo.

Contato: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE. Av. Dr. Silas Munguba 5.700, Bl A2 Térreo, Passaré, 60.743-902, Fortaleza-CE. <http://www.bnb.gov.br/etene>. E-mail: etene@bnb.gov.br

Aviso Legal: O BNB/ETENE não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação são assumidas exclusivamente pelo usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte. SAC 0800 728 3030; Ouvidoria 0800 033 3030; bancodonordeste.gov.br

No comércio internacional, os EUA apresentam o maior dinamismo: suas exportações deverão atingir 751 mil toneladas de queijo, alta de 23%, e 171 mil toneladas de manteiga e gorduras lácteas, crescimento de 40%. A UE deverá permanecer como maior exportadora de queijo, com 1,475 milhão de toneladas, e de leite em pó desnatado, com 840 mil toneladas. A Nova Zelândia continuará dominante no leite em pó integral, com exportações previstas de 1,5 milhão de toneladas, além de 525 mil toneladas de manteiga e 425 mil toneladas de queijo. A Argentina deverá ampliar em 15% as exportações de leite em pó integral, para 170 mil toneladas, enquanto a Austrália deverá exportar 175 mil toneladas de queijo.

No polo importador, a China deverá comprar 415 mil toneladas de leite em pó integral, permanecendo como principal destino do produto neozelandês, embora suas importações recuem em relação a 2025. Nas demais categorias, as importações chinesas estão projetadas em 245 mil toneladas de queijo, 170 mil toneladas de manteiga e 195 mil toneladas de leite em pó desnatado. A desaceleração da demanda chinesa por produtos básicos poderá ser parcialmente compensada pela recuperação das compras de ingredientes ricos em gordura e por importações destinadas aos segmentos industriais de padrão superior.

A expansão da oferta ocorre em ambiente de maior risco comercial. O Canadá respondeu às tarifas norte-americanas com sobretaxas de 50% sobre diversos leites em pó, proteínas e ingredientes lácteos dos EUA e de 25% sobre queijos, com vigência a partir de 8 de setembro de 2026. Como o Canadá respondeu por cerca de 14% das exportações lácteas norte-americanas em 2025, uma disputa prolongada poderá redirecionar queijos, soro e ingredientes dos EUA para a Ásia, a América Latina e o Oriente Médio, aumentando a concorrência com produtos europeus e neozelandeses.

O El Niño constitui o principal risco físico para as projeções. A Nova Zelândia e a Austrália apresentam crescimentos esperados de 2,6% e 2,4% na produção de leite, respectivamente, mas condições mais secas durante a primavera poderão limitar as pastagens e reduzir ganhos. Uma frustração produtiva na Oceania teria repercussão relevante, porque a Nova Zelândia concentra cerca de 80% das exportações previstas de leite em pó integral entre os principais fornecedores, com 1,5 milhão de toneladas de um total aproximado de 1,875 milhão, e aproximadamente metade das exportações de manteiga do grupo, com 525 mil toneladas.

O cenário-base é, portanto, de crescimento moderado da oferta mundial, acompanhado por riscos crescentes de demanda e de comércio. As exportações agregadas dos principais fornecedores deverão avançar 8% em queijos, para 3,046 milhões de toneladas; 11% em manteiga, para 1,071 milhão; 10% em leite em pó integral, para 1,875 milhão; e apenas 2% em leite em pó desnatado, para 2,073 milhões de toneladas. A inflação norte-americana de 3,4%, associada ao aumento de 16,3% da energia, poderá conter o consumo interno, favorecer produtos de menor preço e ampliar a necessidade de exportação dos excedentes dos Estados Unidos (ULS, 2026; FRED, 2026)¹. Em sentido oposto, eventuais perdas de produção provocadas pelo El Niño, custos energéticos elevados e tensões geopolíticas poderão restringir a oferta e sustentar as cotações internacionais.

2 Brasil

2.1 Cenário macroeconômico

A economia brasileira ingressou no segundo semestre de 2026 em processo de moderação. Analistas do Comitê de Política Monetária – Copom, avaliaram que a desaceleração alcançava os componentes da oferta e da demanda, embora a atividade permanecesse resiliente e o mercado de trabalho aquecido. A taxa de desemprego historicamente baixa, mas a ocupação e os rendimentos apresentam perda de dinamismo, indicando menor impulso para o consumo das famílias (Bacen, 2026a)². Dados do Boletim Focus de setembro (Bacen, 2026b)³, indicam que a mediana das expectativas apontava crescimento do PIB de

1 U.S. BUREAU OF LABOR STATISTICS. Consumer Price Index. Office of Prices and Living Conditions. Washington, DC. Disponível em: https://www.bls.gov/news.release/archives/cpi_09112026.htm Acesso em 16 set. 2026.

FRED – FEDERAL RESERVE BANK OF SAINT LOUIS. Consumer Price Index for All Urban Consumers: Dairy and Related Products in U.S. City Average. Disponível em: <https://fred.stlouisfed.org/series/CUSR0000SEFJ> Acesso em 16 set. 2026.

2 BANCO CENTRAL DO BRASIL. Ata da 280ª Reunião do Comitê de Política Monetária: 4 e 5 de agosto de 2026. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 11 ago. 2026. 5p. 2026a.

3 _____. Focus: Relatório de Mercado: expectativas de mercado em 11 de setembro de 2026. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 14 set. 2p. 2026. 2026b.

1,89% em 2026 e 1,45% em 2027. Os indicadores de curto prazo confirmavam a desaceleração: o volume de serviços ficou estável em julho e cresceu 2,4% em doze meses, ante 3,1% em janeiro.

A inflação corrente recuou. O IPCA registrou deflação de 0,32% em agosto e desacelerou de 4,44% para 4,22% em doze meses. O resultado decorreu principalmente da redução de 7,63% da tarifa de energia elétrica. Alimentação e bebidas recuaram 0,34%, enquanto os serviços alta de 5,46% em doze meses, ainda elevada (IBGE, 2026a)⁴. Apesar da melhora, persistiam riscos inflacionários. O IPA Agropecuário acelerou de 0,77% em julho para 2,92% em agosto, influenciado pelas altas da soja, de 7,4%, do milho, de 4,9%, e dos bovinos, de 3,7%. O movimento sugeria pressão futura sobre os preços dos alimentos, especialmente diante das incertezas relacionadas ao El Niño (Febraban, 2026)⁵. Para o encerramento de 2026, o Relatório Focus projetava IPCA de 4,90%, Selic de 13,75% ao ano e câmbio de R\$ 5,20 por dólar. Para 2027, as medianas eram de 4,30%, 12,00% ao ano e R\$ 5,28 por dólar, respectivamente. Na reunião de agosto, o Copom havia reduzido a Selic para 14,00% ao ano, mas ressaltou que as expectativas desancoradas exigiam política monetária restritiva por período prolongado (Bacen 2026a; 2026b). Concomitantemente, os juros elevados encarecem o capital de giro e restringem os investimentos em genética, alimentação, ordenha, refrigeração e automação. A Lafis Consultoria projetava crescimento nominal de apenas 2,8% para o faturamento dos laticínios em 2026, abaixo da inflação de 5,03% considerada em seu relatório de junho, o que sugere perda real de faturamento (Lafis, 2026)⁶.

Analistas estimam, ainda, superávit comercial de US\$ 76,95 bilhões para 2026, ingresso de investimento direto de US\$ 80 bilhões e déficit em conta corrente de US\$ 60 bilhões. No âmbito fiscal, dívida líquida equivalente a 70% do PIB, déficit primário de 0,45% do PIB e déficit nominal de 8,81% do PIB. Assim, analistas advertem que incertezas sobre a estabilização da dívida podem elevar o prêmio de risco e dificultar a redução dos juros. Não obstante, o cenário externo permanece adverso. O petróleo Brent atingiu US\$ 104,61/barril em 11 de setembro, acumulando alta de 68,94% no ano, em meio às tensões no Oriente Médio. A valorização do petróleo pode pressionar combustíveis, fretes, fertilizantes, embalagens e custos de refrigeração. A dependência brasileira de fertilizantes importados, estimada em 85%, amplia a vulnerabilidade do agronegócio a interrupções logísticas e choques geopolíticos (Bacen 2026a; 2026b; Febraban, 2026; Fitch, 2026)⁷.

Para o setor lácteo, o ambiente combina restrição financeira e demanda relativamente resiliente. A BMI projetava crescimento de 6,3% dos gastos com alimentos em 2026, para R\$ 1,39 trilhão, e despesas com lácteos de R\$ 246,78 bilhões, avanço nominal de 7,26%. Esses valores não são diretamente comparáveis ao faturamento estimado pela Lafis, pois as fontes utilizam conceitos e metodologias distintos (Fitch, 2026, p. 74).

Em síntese, o cenário macroeconômico combina crescimento moderado do PIB, de 1,89%, inflação projetada em 4,90%, Selic esperada em 13,75% e câmbio de R\$ 5,20 por dólar ao final de 2026. A desaceleração da atividade e o custo elevado do crédito limitam o consumo e os investimentos, enquanto os riscos fiscal, climático, energético e geopolítico podem pressionar custos. Para os laticínios, a demanda por alimentos essenciais oferece sustentação, mas o ambiente favorece empresas com maior produtividade, liquidez, controle de custos e capacidade de agregar valor ao portfólio.

2.2 Produção

Setor de lácteos avança no primeiro semestre, mas importações e El Niño ampliam as incertezas. Com base nos dados da Tabela 1, a captação formal de leite cresceu moderadamente no Brasil no 1S2026, em comparação com o 1S2025, sustentada principalmente pelo Sul (+5,48%) e pelo Nordeste (+2,93%). Os estabelecimentos sob inspeção sanitária adquiriram 13,401 bilhões de litros de leite entre janeiro e junho, volume 1,81% superior aos 13,158 bilhões de litros registrados no 1S2025. Na comparação com o 2S2025, entretanto, a captação diminuiu 7,87%, devido à sazonalidade da produção leiteira. Os dados de 2026 ainda são preliminares. No 2T2026, foram adquiridos 6,614 bilhões de litros, alta de 0,99% frente aos 6,549 bilhões do 2T2025. Apesar da perda de intensidade ao longo do trimes-

4 IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - agosto 2026. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca/brasil> Acesso em 16 set. 2026.

5 FEBRABAN - FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. Informativo Semanal de Economia Bancária: de 14 a 18 de setembro de 2026. São Paulo: Febraban, 14 set. 2026.

6 LAFIS CONSULTORIA. Ranking de Projeções Setoriais. São Paulo: Lafis, ed. 98, jun. 2026. 88p.

7 FITCH SOLUTIONS GROUP. Brazil Agribusiness Report: quarterly report, forecasts to 2030. London: BMI, ago. 2026.

tre, os três meses apresentaram os maiores volumes das respectivas séries históricas para segundos trimestres.

Sul sustenta a expansão nacional. A região Sul permaneceu na liderança da captação brasileira. A região adquiriu 5,574 bilhões de litros no 1S2026, crescimento de 5,48% em relação ao 1S2025, e respondeu por 41,6% do total nacional. Na comparação com o 2S2025, contudo, o volume recuou 10,24%, influenciado pela base mais elevada da segunda metade do ano e pelo padrão sazonal das bacias leiteiras. O Sudeste, segunda principal produtora, captou 4,815 bilhões de litros no 1S2026, alta de 0,72% ante o 1S2025. Em relação ao 2S2025, houve retração de 5,33%. Minas Gerais permaneceu como principal estado produtor do País no segundo semestre de 2026, com 3,25 bilhões de litros 24,25%.

Nordeste cresce acima da média brasileira. O Nordeste apresentou desempenho superior ao nacional. Sergipe, Bahia e Ceará responderam conjuntamente por 69,3% da captação nordestina no 1S2026. A concentração evidencia a importância desses estados para o abastecimento regional e, ao mesmo tempo, a heterogeneidade de escala e desempenho entre os estados. O desempenho regional ocorreu em ambiente de reforço das compras institucionais. Em abril de 2026, o Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade Leite recebeu mais de R\$ 156 milhões, dos quais R\$ 125 milhões eram recursos federais e R\$ 31,7 milhões, contrapartidas estaduais. A iniciativa previu a aquisição de 34 milhões de litros de mais de 13 mil famílias agricultoras em nove estados do Semiárido, além da extensão do convênio vigente no Piauí. As compras públicas não explicam integralmente a variação da captação inspecionada, mas oferecem mercado, renda e previsibilidade para parte dos produtores familiares da Região (Agência Gov, 2026)⁸. Além do estímulo à demanda, a disponibilidade de alimentação animal apresentou condições relativamente favoráveis. A estimativa de julho do LSPA (IBGE, 2026b⁹) apontava alta de 7,9% na produção nordestina de cereais, leguminosas e oleaginosas em 2026, para 29,94 milhões de toneladas. A ampliação regional de grãos favorece a disponibilidade de milho, sorgo e outros insumos.

Captação permanece concentrada em grandes estabelecimentos. A estrutura da cadeia continua marcada pela concentração do volume em grandes unidades. No 2T2026, apenas 122 estabelecimentos, equivalentes a 6,0% do universo classificado por faixa de aquisição, receberam mais de 150 mil litros por dia e responderam por 68,0% da captação nacional. Na outra ponta, os estabelecimentos que adquiriram até 10 mil litros diários representaram 65,5% do total, com apenas 3,7% do leite captado. Os estabelecimentos vinculados ao Serviço de Inspeção Federal responderam por 86,8% do volume adquirido no segundo trimestre. Os serviços estaduais e municipais participaram com 11,3% e 1,9%, respectivamente.

Preço ao produtor reage, mas margens permanecem pressionadas. O preço líquido médio pago ao produtor foi de R\$ 2,70 por litro no 2T2026, ainda 1,5% abaixo do valor observado no mesmo período de 2025. Houve recuperação ao longo do trimestre: o preço passou de R\$ 2,66 por litro em abril para R\$ 2,68 em maio e R\$ 2,75 em junho. Com metodologia própria e valores deflacionados, o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada calculou preço médio nacional de R\$ 2,74 por litro em junho, alta real de 3,02% ante maio e sexto avanço mensal consecutivo. Desde janeiro, o valor pago ao produtor acumulou crescimento real de 33,1%. Mesmo assim, a média real do primeiro semestre, de R\$ 2,47 por litro, ficou 14,0% abaixo da registrada no mesmo período de 2025 (Cepea, 2026)¹⁰. Ainda de acordo com analistas do CEPEA, a transmissão da valorização da matéria-prima aos derivados ocorreu de forma desigual, devido ao comportamento evidencia a dificuldade da indústria em recompor margens, especialmente nos produtos sujeitos à maior concorrência externa.

8 AGÊNCIA GOV. Investimento de R\$ 156 milhões amplia PAA-Leite em nove estados do Semiárido. Brasília, DF: Empresa Brasil de Comunicação, 6 abr. 2026. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202604/investimento-de-r-156-milhoes-do-mds-amplia-paa-leite-em-nove-estados-do-semiarido>. Acesso em: 17 set. 2026.

9 IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola: julho de 2026. Rio de Janeiro: IBGE, 2026b.

10 CEPEA - CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. Boletim do Leite. Piracicaba: CEPEA-ESALQ/USP, ano 32, n. 374, ago. 2026. 8 p.

Tabela 1 – Quantidade de leite cru, resfriado ou não, adquirido (Mil litros)

Unidade geográfica	2025						2026		1S2025 / 1S2026 (%)	2S2025 / 1S2026 (%)
	1	2	3	4	Total	2025 (%)	1	2		
Brasil	6.608.360	6.549.388	7.087.761	7.367.508	27.613.017		6.786.539	6.613.992	1,81	-7,87
Sul	2.598.111	2.669.865	3.070.206	3.074.206	11.412.388	41,33	2.791.952	2.781.674	5,48	-10,24
Sudeste	2.436.217	2.343.986	2.476.498	2.595.308	9.852.009	35,68	2.469.002	2.345.972	0,72	-5,33
Centro-Oeste	710.560	685.863	695.562	778.252	2.870.237	10,39	660.153	636.553	-7,69	-13,66
Nordeste	607.742	617.788	634.332	652.851	2.512.713	9,1	627.747	634.749	2,93	-1,96
SE	140.631	144.308	154.336	158.119	597.394	23,77	152.092	156.927	7,79	-1,11
BA	156.358	154.791	147.846	155.559	614.554	24,46	161.208	148.713	-0,40	2,10
CE	119.393	126.207	132.723	136.692	515.015	20,5	126.410	129.525	4,04	-5,27
PE	82.139	83.830	84.512	87.432	337.913	13,45	82.654	86.447	1,85	-1,68
AL	35.980	32.000	34.894	32.517	135.391	5,39	30.328	35.939	-2,58	-1,73
PB	28.142	28.445	29.843	31.573	118.003	4,7	29.007	30.154	4,35	-3,81
RN	26.896	29.466	30.656	30.493	117.511	4,68	26.340	28.374	-3,01	-11,76
MA	11.891	12.507	12.003	12.425	48.826	1,94	12.507	11.879	-0,05	-0,17
Piauí	6.312	6.234	7.519	8.041	28.106	1,12	7.201	6.791	10,33	-11,21
Norte	253.593	230.893	210.253	266.398	961.137	3,48	237.369	214.715	-7,17	-5,43

Fonte: adaptado pelo autor da Pesquisa Trimestral do Leite - PTL (IBGE, 2026c).

2.3 Comércio exterior

Déficit comercial aumenta no acumulado de 2026. O comércio exterior permanece como um dos principais fatores de pressão sobre o mercado brasileiro de lácteos. Em 2025, o Brasil exportou 37,37 mil toneladas, no valor de US\$ 89,73 milhões, e importou 257,89 mil toneladas, equivalentes a US\$ 1,025 bilhão. O déficit comercial atingiu US\$ 934,85 milhões, e o valor das importações foi aproximadamente 11,4 vezes o das exportações. Em volume, o País importou 6,9 vezes mais do que exportou.

De janeiro a agosto de 2026, as exportações totalizaram 24,01 mil toneladas e US\$ 60,75 milhões. Na comparação com o mesmo período de 2025, houve estabilidade: crescimento de 0,26% no volume e de apenas 0,07% no valor. As vendas externas, portanto, praticamente não avançaram no período. As importações seguiram direção oposta. Nos oito primeiros meses de 2026, o Brasil importou 202,30 mil toneladas, no valor de US\$ 784,47 milhões. Os totais confirmam alta de 19,12% em volume e de 14,32% em valor, entre os acumulados de janeiro a agosto de 2025 e do mesmo período de 2026. Como resultado, o déficit acumulado passou de US\$ 625,48 milhões, entre janeiro e agosto de 2025, para US\$ 723,72 milhões no mesmo intervalo de 2026, aumento de 15,7%. A trajetória mensal mostra intensificação do desequilíbrio no segundo trimestre e no início do terceiro. Em janeiro de 2026, as importações somaram US\$ 78,26 milhões; em março, ultrapassaram US\$ 103,06 milhões; e, em julho, chegaram a US\$ 112,05 milhões, maior valor mensal do período analisado. Em agosto, permaneceram elevadas, em US\$ 108,57 milhões. O déficit mensal alcançou US\$ 103,68 milhões em julho e US\$ 100,92 milhões em agosto (Tabela 2). Esses dados confirmam que o agravamento do saldo não decorreu da redução das exportações, que ficaram praticamente estáveis, mas da expansão das compras externas. A maior oferta de produtos importados amplia a concorrência no mercado doméstico e limita a capacidade de repasse da valorização do leite cru para determinados derivados.

Tabela 2 – Comércio exterior de lácteos no Brasil. Dados mensais e acumulados de janeiro a agosto de 2025 e de 2026

Ano	Mês	Exportação		Importação		Saldo/déficit	
		KG	US\$	KG	US\$	KG	US\$
2025	Janeiro	3.395.586	7.292.577,00	24.379.579	96.060.271,00	-20.983.993	-88.767.694
	Fevereiro	2.799.313	7.363.036,00	25.250.473	99.952.782,00	-22.451.160	-92.589.746
	Março	3.308.501	8.857.822,00	21.760.298	83.857.148,00	-18.451.797	-74.999.326
	Abril	2.726.420	6.529.007,00	19.584.766	79.467.896,00	-16.858.346	-72.938.889
	Maiο	3.216.505	9.321.209,00	20.262.242	85.107.095,00	-17.045.737	-75.785.886
	Junho	2.586.096	6.485.858,00	18.786.893	78.705.702,00	-16.200.797	-72.219.844
	Julho	3.085.694	7.536.032,00	20.547.456	83.881.304,00	-17.461.762	-76.345.272
	Agosto	2.825.718	7.319.448,00	19.251.286	79.153.347,00	-16.425.568	-71.833.899
	Setembro	3.705.609	7.944.209,00	23.305.239	94.110.273,00	-19.599.630	-86.166.064
	Outubro	3.017.093	6.606.618,00	25.164.910	97.322.223,00	-22.147.817	-90.715.605
	Novembro	3.024.826	7.282.396,00	20.352.074	75.274.199,00	-17.327.248	-67.991.803
	Dezembro	3.679.056	7.192.487,00	19.249.700	71.693.283,00	-15.570.644	-64.500.796
2026	Janeiro	2.827.191	6.503.431,00	20.903.902	78.255.133,00	-18.076.711	-71.751.702
	Fevereiro	3.222.895	8.130.258,00	21.828.209	80.312.230,00	-18.605.314	-72.181.972
	Março	3.185.477	7.806.364,00	28.267.358	103.059.535,00	-25.081.881	-95.253.171
	Abril	2.586.958	6.812.210,00	25.395.714	98.101.681,00	-22.808.756	-91.289.471
	Maiο	3.505.523	9.136.157,00	25.946.198	102.848.567,00	-22.440.675	-93.712.410
	Junho	2.569.872	6.342.348,00	24.980.476	101.271.996,00	-22.410.604	-94.929.648
	Julho	3.264.189	8.366.842,00	27.664.301	112.051.271,00	-24.400.112	-103.684.429
	Agosto	2.843.523	7.648.186,00	27.315.386	108.567.888,00	-24.471.863	-100.919.702
2026 (Acumulado)		24.005.628	60.745.796,0	202.301.544	784.468.301,0	-178.295.916	-723.722.505,0
2025 (Acumulado)		23.943.833	60.704.989,0	169.822.993	686.185.545,0	-145.879.160	-625.480.556,0
Variação 2025-2026 (%)		0,26	0,07	19,12	14,32	22,22	15,71

Fonte: Adaptado pelo autor de ComexStat (Brasil, 2026).

Leite em pó e queijos concentram as importações. O leite em pó respondeu por US\$ 679,40 milhões, equivalentes a 66,31% das importações brasileiras de lácteos, e por 180,97 mil toneladas. Os queijos somaram US\$ 252,20 milhões, ou 24,61%, com volume de 50,35 mil toneladas. Juntos, os dois grupos representaram 90,92% do valor importado. O valor médio das importações foi de US\$ 3,75/Kg para o leite em pó e de US\$ 5,01/Kg para os queijos. Somente esses dois produtos geraram compras externas de US\$ 931,60 milhões em 2025, evidenciando que o déficit setorial está fortemente associado ao abastecimento externo de produtos lácteos processados e de maior capacidade de armazenamento e transporte. As exportações apresentaram composição mais diversificada. Os queijos lideraram, com US\$ 19,88 milhões, ou 22,16% do total, seguidos por creme de leite, com US\$ 16,83 milhões e 18,75%; manteiga, com US\$ 15,65 milhões e 17,44%; e leite condensado, com US\$ 15,53 milhões e 17,31%. Esses quatro grupos responderam conjuntamente por cerca de 75,7% das exportações brasileiras de lácteos. A pauta exportadora contém maior participação de produtos de melhor valor agregado, mas não possui escala suficiente para compensar as importações. Em 2025, o País exportou 3,02 mil toneladas de queijos, ante importações de 50,35 mil toneladas. No leite em pó, as exportações foram de apenas 1,04 mil toneladas, enquanto as importações alcançaram 180,97 mil toneladas (Tabela 3).

Tabela 3 – Importações de lácteos do Brasil por produto. Acumulados de janeiro a agosto de 2025 e de 2026

Produtos	2025				2026			
	KG	US\$	%	US\$/KG	KG	US\$	%	US\$/KG
Leite em pó	116.922.116	445.204.043,00	64,88	3,81	138.427.074	503.065.079,00	64,13	3,63
Queijos	35.258.972	179.376.535,00	26,14	5,09	43.893.076	209.895.296,00	26,76	4,78
Soro de leite	10.477.157	29.804.073,00	4,34	2,84	11.392.536	31.683.920,00	4,04	2,78
Demais produtos lácteos	3.787.334	13.841.516,00	2,02	3,65	2.696.190	14.019.267,00	1,79	5,20
Doce de leite	1.241.428	3.595.160,00	0,52	2,90	3.580.149	10.651.874,00	1,36	2,98
Demais gorduras lácteas	956.215	7.518.047,00	1,10	7,86	1.140.556	8.075.912,00	1,03	7,08
Manteiga	715.208	5.490.652,00	0,80	7,68	589.159	4.731.821,00	0,60	8,03
Leitelho	442.500	1.340.097,00	0,20	3,03	548.000	1.577.806,00	0,20	2,88
Leite modificado	-	-	-	-	34.791	767.283,00	0,10	22,05
Leite fluido	22.063	15.422,00	0,00	0,70	13	43,00	0,00	3,31
Total Geral	169.822.993	686.185.545,00	-	-	202.301.544	784.468.301,00	-	-

Fonte: Adaptado pelo autor de ComexStat (Brasil, 2026).

Mercosul domina o fornecimento ao Brasil. Em 2025, a Argentina foi a principal origem das importações brasileiras de lácteos, com 159,08 mil toneladas e US\$ 628,56 milhões. Somados, Argentina, Uruguai e Paraguai responderam por US\$ 933,56 milhões, equivalentes a 91,1% das importações brasileiras de lácteos em 2025. A concentração no Mercosul reflete a integração regional, a proximidade logística e o comércio intrabloco. Também amplia a exposição do mercado brasileiro às condições produtivas, cambiais e comerciais desses três países. Nas exportações, os principais destinos em valor foram os Estados Unidos, com US\$ 13,78 milhões, seguidos por Argentina, com US\$ 10,61 milhões, Uruguai, com US\$ 8,21 milhões, Paraguai, com US\$ 6,77 milhões, e Chile, com US\$ 5,38 milhões. A presença de países vizinhos entre os principais destinos confirma a relevância da proximidade regional, embora as vendas também alcancem mercados fora da América do Sul (Tabela 4).

Tabela 4 – Importações de lácteos do Brasil por país de origem. Acumulados de janeiro a agosto de 2025 e de 2026

Unidade geográfica	2025			2026			Variação 2025-2026 (%)	
	KG	US\$	US\$ (%)	KG	US\$	US\$ (%)	KG	US\$
Argentina	103.122.935	419.727.617,00	61,17	129.926.674	498.737.417,00	63,58	25,99	18,82
Uruguai	46.865.526	179.706.701,00	26,19	48.212.096	185.397.774,00	23,63	2,87	3,17
Paraguai	5.775.000	23.412.321,00	3,41	15.225.000	55.179.417,00	7,03	163,64	135,69
Chile	8.051.182	27.981.458,00	4,08	4.007.206	12.682.206,00	1,62	-50,23	-54,68
Estados Unidos	2.816.513	12.489.318,00	1,82	2.481.766	12.290.935,00	1,57	-11,89	-1,59
França	1.269.345	9.661.411,00	1,41	1.219.454	9.590.788,00	1,22	-3,93	-0,73
Itália	361.923	4.216.154,00	0,61	352.911	3.629.198,00	0,46	-2,49	-13,92
Países Baixos (Holanda)	445.043	3.304.870,00	0,48	394.975	3.544.564,00	0,45	-11,25	7,25
Canadá	216.000	1.658.047,00	0,24	144.000	1.137.808,00	0,15	-33,33	-31,38
Alemanha	294.580	368.648,00	0,05	44.854	938.732,00	0,12	-84,77	154,64
Selecionados	169.218.047	682.526.545,00	99,47	202.008.936	783.128.839,00	99,83	19,38	14,74
Outros	604.946	3.659.000,00	0,53	292.608	1.339.462,00	0,17	-51,63	-63,39
Total	169.822.993	686.185.545,00		202.301.544	784.468.301,00		19,12	14,32

Fonte: Adaptado pelo autor de ComexStat (Brasil, 2026).

Nordeste reduz déficit, mas mantém baixa inserção exportadora. O comércio exterior de lácteos do Nordeste apresenta escala reduzida nas exportações e forte dependência das importações. Em 2025, a região exportou apenas 245,4 toneladas, no valor de US\$ 749,2 mil, e importou 32,20 mil toneladas, equivalentes a US\$ 128,82 milhões. O déficit regional chegou a US\$ 128,07 milhões. Nos oito primeiros meses de 2026, as exportações nordestinas totalizaram 153,5 toneladas e US\$ 473,2 mil, com reduções de 6,06% no volume e de 7,48% no valor ante igual período de 2025. As importações alcançaram 23,48 mil toneladas e US\$ 87,72 milhões. O volume importado aumentou 1,73%, mas o valor recuou 7,89%. O déficit regional diminuiu de US\$ 94,72 milhões, entre janeiro e agosto de 2025, para US\$ 87,25 milhões em igual período de 2026, redução aproximada de 7,9%. A melhora decorreu

da diminuição do valor importado, e não do fortalecimento das exportações, que também recuaram (Tabela 5).

Tabela 5 – Comércio exterior de lácteos do Nordeste por país de origem. Acumulados de janeiro a agosto de 2025 e de 2026

Ano	Mês	Exportação		Importação		Saldo/déficit	
		KG	US\$	KG	US\$	KG	US\$
2025	Janeiro	18.064	65.307,00	3.425.547	13.962.510,00	-3.407.483	-13.897.203,00
	Fevereiro	28.660	107.327,00	3.202.555	13.104.395,00	-3.173.895	-12.997.068,00
	Março	18.157	57.969,00	2.322.496	9.114.338,00	-2.304.339	-9.056.369,00
	Abril	21.799	68.284,00	2.844.350	11.697.497,00	-2.822.551	-11.629.213,00
	Maiο	15.178	41.162,00	2.450.722	10.313.899,00	-2.435.544	-10.272.737,00
	Junho	17.557	54.136,00	2.495.621	10.632.439,00	-2.478.064	-10.578.303,00
	Julho	21.171	60.440,00	3.200.476	13.176.299,00	-3.179.305	-13.115.859,00
	Agosto	22.837	56.804,00	3.143.589	13.233.929,00	-3.120.752	-13.177.125,00
	Setembro	20.275	60.730,00	2.292.164	8.952.920,00	-2.271.889	-8.892.190,00
	Outubro	24.610	69.256,00	2.270.087	8.313.743,00	-2.245.477	-8.244.487,00
	Novembro	18.801	51.670,00	2.639.024	9.496.972,00	-2.620.223	-9.445.302,00
	Dezembro	18.255	56.074,00	1.913.009	6.820.514,00	-1.894.754	-6.764.440,00
2026	Janeiro	20.276	60.393,00	2.484.550	8.809.655,00	-2.464.274	-8.749.262,00
	Fevereiro	15.068	46.498,00	2.377.900	7.831.768,00	-2.362.832	-7.785.270,00
	Março	24.279	59.414,00	2.512.327	8.482.036,00	-2.488.048	-8.422.622,00
	Abril	18.136	68.553,00	4.173.921	15.386.117,00	-4.155.785	-15.317.564,00
	Maiο	15.986	51.790,00	3.386.833	12.144.406,00	-3.370.847	-12.092.616,00
	Junho	18.531	60.317,00	2.070.021	8.106.252,00	-2.051.490	-8.045.935,00
	Julho	21.341	65.015,00	2.956.603	12.270.708,00	-2.935.262	-12.205.693,00
	Agosto	19.900	61.196,00	3.522.336	14.693.741,00	-3.502.436	-14.632.545,00
2026 (Acumulado)		153.517	473.176,0	23.484.491	87.724.683,0	-23.330.974	-87.251.507,00
2025 (Acumulado)		163.423	511.429,0	23.085.356	95.235.306,0	-22.921.933	-94.723.877,00
Variação 2025-2026 (%)		-6,06	-7,48	1,73	-7,89	1,78	-7,89

Fonte: Adaptado pelo autor de ComexStat (Brasil, 2026).

A composição por produto disponível para 2025 mostra que os queijos responderam por 53,02% das importações nordestinas, com US\$ 68,31 milhões, enquanto o leite em pó representou 45,49%, com US\$ 58,60 milhões. Juntos, esses dois grupos concentraram aproximadamente 98,5% do valor importado pela região. Nas exportações nordestinas, os queijos lideraram com US\$ 270,4 mil, ou 36,09% do total, seguidos por leite fluido, com US\$ 189,6 mil e 25,31%; iogurte, com US\$ 86,5 mil e 11,55%; e manteiga, com US\$ 68,7 mil e 9,17%. Apesar da diversificação, o valor exportado representou menos de 1% do total importado pela região. A análise revela que o Nordeste participa do comércio exterior predominantemente como importador. O recuo do valor das compras em 2026 proporcionou melhora pontual no déficit, mas a redução simultânea das exportações evidencia baixa competitividade externa e pouca escala comercial (Tabela 6).

Tabela 6 – Importações de lácteos do Nordeste por produto. Acumulados de janeiro a agosto de 2025 e de 2026

Produtos	2025				2026			
	KG	US\$	%	US\$/KG	KG	US\$	%	US\$/KG
Queijos	10.287.616	48.511.004,00	50,94	4,72	13.683.251	58.433.111,00	66,61	4,27
Leite em pó	11.617.920	45.403.972,00	47,68	3,91	7.943.440	27.593.434,00	31,45	3,47
Soro de leite	1.082.800	733.819,00	0,77	0,68	1.737.800	1.202.130,00	1,37	0,69
Demais produtos lácteos	76.620	540.611,00	0,57	7,06	38.400	312.408,00	0,36	8,14
Doce de leite	20.400	45.900,00	0,05	2,25	81.600	183.600,00	0,21	2,25
Total Geral	23.085.356	95.235.306,00	-	-	23.484.491	87.724.683,00	-	-

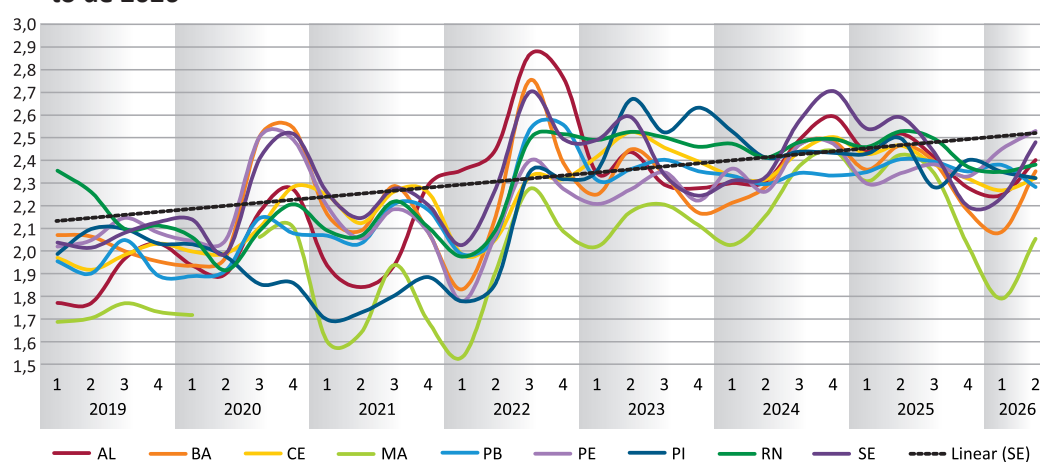
Fonte: Adaptado pelo autor de ComexStat (Brasil, 2026).

3 Preços

3.1 Preços pagos ao produtor no Nordeste

Os preços do leite ao produtor no Nordeste apresentaram trajetória de alta entre 2019 e 2022, seguida por maior volatilidade e perda de parte dos ganhos. A média simples dos nove estados passou de R\$ 1,98 por litro no 1T2019 para R\$ 2,52 no 3T2022, maior média da série. No 2T2026, a média regional alcançou R\$ 2,35 por litro. A trajetória regional revela que a valorização observada ao longo de 2022 não se sustentou integralmente em termos reais. A média do Nordeste no 2T2026 ficou cerca de 6,9% abaixo do pico registrado no 3T2022. O resultado indica recuperação em relação ao 1T2026, mas ainda não representa retorno aos maiores níveis reais da série. Entre os estados nordestinos, a dispersão permaneceu elevada. No 2T2026, Alagoas teve maior preço real, R\$ 2,87 por litro. O menor resultado foi observado no Maranhão, com R\$ 1,53/litro (Figura 1).

Figura 1 – Preços médios (R\$/litro) por estado do Nordeste. Valores corrigidos pelo IGP-DI para agosto de 2026



Fonte: dados adaptados pelo autor a partir de dados da Pesquisa Trimestral do Leite - PTL (IBGE, 2026c).

A recuperação dos preços ocorreu em um ambiente de expansão da oferta. A aquisição formal de leite no Brasil alcançou 13,401 bilhões de litros no 1S2026, alta de 1,81% em relação ao 1T2025, enquanto o Nordeste avançou 2,93%. Analistas do Sindirações também relacionam o aumento da produção leiteira à maior oferta de matéria seca, aos investimentos em produtividade e à intensificação tecnológica, mas alertam que a concorrência dos produtos importados e o consumo doméstico pouco dinâmico pressionam a remuneração dos produtores (Sindirações, 2026)¹¹. A elevação do preço do leite em 2026 melhorou a receita unitária do produtor, mas não assegurou, por si só, recuperação equivalente da rentabilidade. O resultado financeiro depende da evolução simultânea dos preços dos alimentos concentrados, da disponibilidade de forragem, dos gastos com energia, transporte, sanidade e mão de obra e da produtividade por animal. Essa distinção justifica a análise da relação de troca a seguir.

3.2 Relação de troca do leite entre o milho, a soja e o sorgo em grãos. Valores nominais (Kg do grão / litro de leite)

Milho. A safra brasileira 2025/26 de milho foi estimada em 144,0 milhões de toneladas, 2% acima da temporada anterior. A oferta nacional elevada contribuiu para manter disponibilidade expressiva do cereal. Entretanto, o comportamento observado no Nordeste não foi uniforme. No Maranhão e no Piauí, parte do milho de segunda safra foi semeada fora da janela ideal, após atrasos na soja. A redução das chuvas entre abril e maio prejudicou as lavouras tardias. A produtividade do milho de segunda safra caiu 19,3% no Maranhão e 19,7% no Piauí em relação à temporada anterior. A oferta e a demanda também merecem atenção. O consumo doméstico de milho na safra 2025/26 foi projetado com crescimento de 7,8%, impulsionado pela indústria de etanol. As exportações permaneceriam elevadas, e

¹¹ SINDIRAÇÕES - SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO ANIMAL. Boletim informativo do setor. São Paulo: Sindirações, ago. 2026. 5 p. Disponível em: Boletim Informativo do Setor, agosto de 2026. Acesso em: 18 set. 2026.

os estoques finais foram estimados em 15,7 milhões de toneladas. A maior demanda industrial pode atenuar o efeito baixista de uma safra volumosa sobre os preços (Conab, 2026)¹².

Soja. Ainda segundo dados da Conab (2026), a safra brasileira 2025/26 foi estimada em 180,4 milhões de toneladas, alta de 5,2% e maior produção da série histórica da Conab. A ampliação resultou de aumento de 2,7% na área e de 2,5% na produtividade. A oferta elevada, entretanto, foi acompanhada por demanda igualmente forte. As exportações de soja em grãos foram projetadas em 116,2 milhões de toneladas, enquanto o processamento alcançaria 62,13 milhões. O estoque final foi estimado em 9,17 milhões de toneladas, com relação estoque/uso de 5,14%, inferior à da temporada anterior. No farelo de soja, a produção foi projetada em 47,81 milhões de toneladas, as exportações em 26,13 milhões e o consumo doméstico em 21,4 milhões, todos em patamares elevados. A forte demanda interna e externa explica por que a safra recorde da oleaginosa não produz necessariamente queda proporcional no preço do grão ou do farelo pago pelo pecuarista. A trajetória da relação soja/leite mostra, portanto, resultado menos favorável que o observado no milho. A valorização do leite foi suficiente para melhorar o poder de compra no Maranhão e mantê-lo praticamente estável na Bahia, mas não no Piauí. Além da oferta física, as cotações da soja respondem à taxa de câmbio, às exportações, ao esmagamento industrial e à demanda por farelo e óleo.

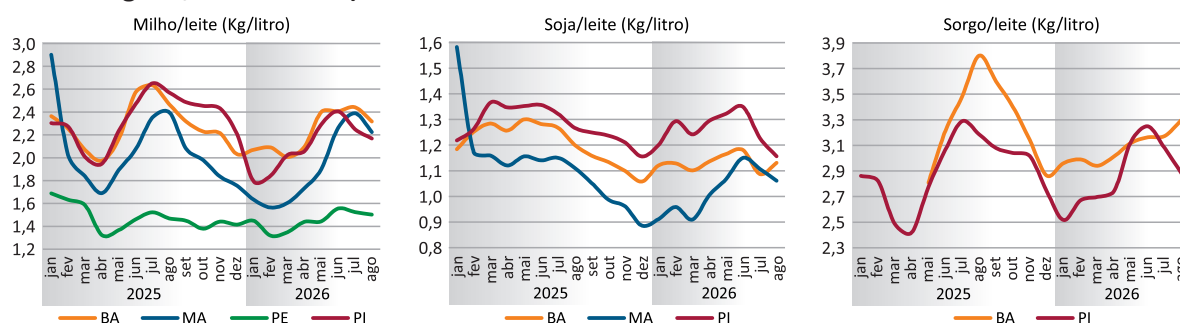
Sorgo. A produção brasileira foi prevista em 7,348 milhões de toneladas, alta de 20,4% sobre a temporada anterior. A área cultivada aumentou 32,9%, para 2,169 milhões de ha, mas a produtividade média caiu 9,4%, para 3.388 kg/ha. A expansão da produção decorreu principalmente do aumento da área. O sorgo ganhou espaço como alternativa ao milho em áreas nas quais houve encurtamento da janela de plantio ou maior risco hídrico. No Piauí, a área de sorgo superou em 41,5% a da safra anterior porque produtores substituíram parte das áreas inicialmente destinadas ao milho. Entretanto, a maioria das lavouras sofreu déficit hídrico e a produtividade estadual caiu 27%. No Maranhão, as produtividades refletiram condições desfavoráveis a partir da segunda quinzena de abril. Na Bahia, as lavouras irrigadas e as áreas de sequeiro plantadas na janela adequada apresentaram bons resultados. Já os cultivos tardios foram afetados pela falta de umidade durante a formação dos grãos. Na comparação com agosto de 2025, a relação caiu de aproximadamente 3,80 para 3,30 kg na Bahia e de 3,19 para 2,88 kg no Piauí. Assim, embora o sorgo tenha apresentado a maior quantidade física adquirida por litro entre os grãos analisados e tenha melhorado durante 2026, o poder de compra ainda permaneceu inferior ao registrado um ano antes. De acordo com dados da Conab (2026).

Os dados da Figura 2 revelam uma recuperação predominantemente conjuntural entre janeiro e agosto de 2026. A comparação interanual é menos favorável, pois a maior parte das combinações apresentou relação inferior à de agosto de 2025. Destaca-se que os efeitos adversos do El Niño podem prejudicar a relação de troca, seja porque podem comprometer a oferta desses insumos, seja pela maior demanda pelos animais para manutenção dos requerimentos nutricionais frente às temperaturas extremas, seja pela redução da quantidade e da qualidade dos pastos. Não obstante, o crescimento da demanda por milho para produção de etanol pode também reduzir a oferta do cereal para as vacas leiteiras. A melhora entre janeiro e agosto de 2026 decorreu da combinação de recuperação do preço do leite, avanço das colheitas e aumento da disponibilidade nacional de grãos. O milho alcançou produção total elevada; a soja atingiu recorde; e o sorgo apresentou forte expansão de área e produção.

A safra elevada de milho e soja amplia a disponibilidade física dos principais ingredientes das rações. Contudo, a recomposição da oferta não garante queda proporcional dos custos: o milho enfrenta menor produção global, recuperação dos preços internacionais e maior demanda brasileira para etanol; a soja apresenta safra recorde, mas estoques relativamente apertados diante das exportações e do esmagamento. Em consequência, o custo da alimentação animal tende a permanecer sensível ao câmbio, ao ritmo das exportações, à demanda industrial e ao clima. O milho apresenta o viés de alta mais claro, enquanto a soja combina pressão baixista de colheita com sustentação posterior pela baixa relação estoque/uso. Para os confinamentos e sistemas suplementados, a disponibilidade doméstica oferece algum amortecimento, mas não elimina o risco de encarecimento dos grãos e do farelo ao longo de 2026/27.

12 COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Acompanhamento da safra brasileira de grãos. Brasília, DF: Conab, v. 13, safra 2025/26, n. 12, décimo segundo levantamento, set. 2026. 124 p. ISSN 2318-6852.

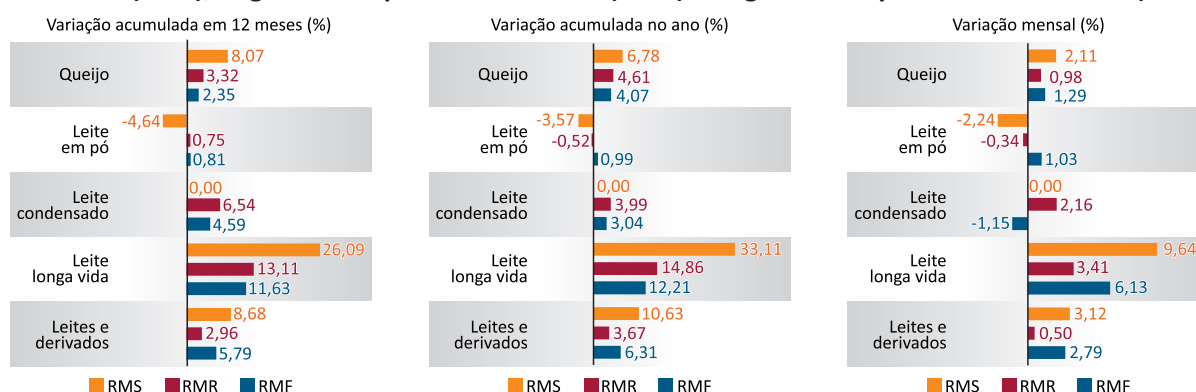
Figura 2 – Relação de troca entre os insumos da ração, milho, soja e sorgo em relação ao leite (kg do grão / litro de leite)



3.3 Inflação de preços de lácteos ao consumidor

A inflação dos lácteos em 2026 foi concentrada no leite longa vida e heterogênea nos produtos (Figura 3). A valorização do leite cru, a forte alta do UHT no atacado e a pressão registrada na alimentação no domicílio ajudam a contextualizar a elevação no varejo. No leite em pó, o aumento das importações e as negociações mais lentas coincidiram com estabilidade ou redução dos preços ao consumidor. Nos queijos, a menor disponibilidade doméstica foi parcialmente contraposta por vendas mais lentas e pelo aumento das compras externas, resultando em inflação moderada (Cepea, 2026). A evolução da renda e do emprego ajudou a sustentar o consumo de alimentos, mas o menor rendimento médio do Nordeste e o elevado comprometimento da renda tornam as famílias mais sensíveis aos reajustes. A intensidade da inflação em Salvador, especialmente no leite longa vida, demonstra que fatores regionais de abastecimento e comercialização também foram relevantes (IBGE, 2026d)¹³. Para os meses seguintes, importante observar a evolução do preço do leite cru, os custos dos concentrados, energia, combustível e embalagem, o volume das importações, a renda das famílias e a capacidade do varejo de repassar os custos.

Figura 3 – INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Variações (%) acumuladas em 12 meses, acumulada no ano e mensal para produtos lácteos, na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Região Metropolitana de Recife (RMR) e Região Metropolitana de Salvador (RMS)



4 Mudanças Climáticas e El Niño

O diagnóstico climático foi atualizado com as informações oficiais disponíveis em 10 de setembro de 2026. A NOAA/CPC informou em 10 de setembro de 2026, que o El Niño continuava em fortalecimento, com probabilidade superior a 90% de alcançar intensidade muito forte durante o outono e o inverno de

¹³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: segundo trimestre de 2026: comentários sintéticos, Brasil, grandes regiões e unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 14 ago. 2026. 2026d.

2026/2027 no Hemisfério Norte (NOOA, 2026a)¹⁴. Para outubro-dezembro de 2026, a NOAA/CPC estimou em 75% a probabilidade de o RONI atingir pelo menos +2,5 °C, patamar que superaria os eventos anteriores da série iniciada em 1950. A instituição ressalta que a intensidade do índice não determina nem garante impactos regionais específicos (NOOA, 2026b)¹⁵.

Estima-se maior probabilidade de precipitação abaixo da média em boa parte do centro-norte do Brasil, especialmente no Nordeste, acompanhada de temperaturas acima da normal climatológica. Em maio, 38% do Nordeste estava livre de seca, melhor condição desde julho de 2024, mas mais de um terço da região ainda apresentava seca moderada, associada à diminuição das pastagens, ao menor desempenho do gado e à redução da disponibilidade hídrica nas comunidades rurais. A situação inicial dos reservatórios oferecia alguma capacidade de enfrentamento. No dia seguinte, os 377 reservatórios monitorados nos nove estados nordestinos e em Minas Gerais armazenavam aproximadamente 53% da capacidade total. Entretanto, o rio São Francisco em Bom Jesus da Lapa encontrava-se na porção inferior da faixa de normalidade, indicando a necessidade de acompanhamento da segurança hídrica ao longo do segundo semestre (Brasil, 2026b)¹⁶.

Para a pecuária nordestina, os principais riscos são o atraso ou a irregularidade das chuvas, o déficit hídrico prolongado e as temperaturas elevadas. A magnitude dos impactos dependerá da distribuição das chuvas, da duração do calor, das condições do solo, da disponibilidade de água e alimentos e da capacidade de adaptação de cada sistema produtivo. O ENOS deve, portanto, ser interpretado como condicionante do risco, e não como previsão direta de perdas. Nas pastagens, a deficiência hídrica pode reduzir o crescimento, a produção de biomassa, a capacidade de suporte e o valor nutritivo da forragem. A menor disponibilidade de água também pode comprometer a dessedentação, a higiene, o resfriamento dos animais e a produção de alimentos conservados. Na pecuária leiteira, esses fatores podem diminuir o consumo de matéria seca, a produção de leite, a condição corporal e o desempenho reprodutivo do rebanho. Não obstante, os efeitos podem variar de acordo com o sistema de manejo da propriedade, da genética dos animais, dentre outros aspectos.

Clima e crédito acrescentam incerteza ao ciclo produtivo. O risco climático converte-se em risco de crédito quando adia receitas, eleva os gastos com alimentação e água ou obriga o produtor a vender animais em condições desfavoráveis. A diferença entre os estados nordestinos reforça a necessidade de que a análise de financiamento não se limite às médias regionais. Fluxo de caixa, lotação das pastagens, reservas alimentares, disponibilidade hídrica, duração do ciclo produtivo e capacidade de ajuste do rebanho são fatores essenciais para avaliar a capacidade de pagamento. Nesse contexto, as ações de mitigação e a concessão de crédito para formação ou recuperação de pastagens devem considerar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a Pecuária, ZARC Pecuária, nos estados abrangidos. A Portaria SPA/MAPA nº 8/2024 inclui Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, além de outras unidades da Federação. **O Ceará não está entre os estados contemplados pela portaria.** Os indicadores podem subsidiar a compatibilização entre lotação, capacidade produtiva da pastagem, água disponível no solo e planejamento alimentar. A utilização do ZARC, contudo, exige cautela. Portanto, o enquadramento no ZARC não substitui a assistência técnica, a avaliação local das pastagens nem a análise financeira do empreendimento. Para reduzir a exposição do crédito aos efeitos do El Niño, a avaliação das operações deve articular o ZARC Pecuária, quando aplicável, com medidas como ajuste antecipado da lotação, formação de reservas de silagem e feno, diversificação de forrageiras, suplementação estratégica, conservação do solo e garantia de fontes de água. Tais medidas devem constar do planejamento técnico e financeiro e ser dimensionadas segundo o município, a classe de água disponível do solo e o sistema produtivo. Sob risco crescente de irregularidade climática, o desempenho futuro dependerá menos da simples ampliação do rebanho e mais da capacidade de adequar lotação, alimentação, água, produtividade e endividamento às condições locais.

14 NATIONAL OCEANIC AND ATMOSPHERIC ADMINISTRATION. Climate Prediction Center. ENSO diagnostic discussion. College Park, MD: NOAA, 10 Sept. 2026. Disponível em: https://www.cpc.ncep.noaa.gov/products/analysis_monitoring/enso_advisory/ensodisc.shtml. Acesso em: 18 set. 2026.

15 NATIONAL OCEANIC AND ATMOSPHERIC ADMINISTRATION. Climate Prediction Center. Official NOAA Relative Oceanic Niño Index (RONI) outlook. College Park, MD: NOAA, Sept. 2026. Disponível em: https://www.cpc.ncep.noaa.gov/products/analysis_monitoring/enso/roni/outlook/. Acesso em: 18 set. 2026.

16 BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Painel El Niño 2026-2027: boletim mensal n. 1, junho de 2026. Brasília, DF: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, 2026. 20 p. Documento elaborado conjuntamente por INPE, INMET, ANA, Cemaden, Serviço Geológico do Brasil e Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

5 Perspectivas

O setor brasileiro encerrou o 1S2026 com crescimento da captação, mas enfrenta maior concorrência externa e pressão sobre as margens. A alta de 1,81% na produção coexistiu com aumento de 19,12% no volume importado entre janeiro e agosto, enquanto as exportações permaneceram estáveis. O mercado deverá crescer mais em valor, com oportunidades concentradas em produtos proteicos, funcionais, fortificados, sem lactose, de maior conveniência e com diferenciação regional. Em contrapartida, a dependência de leite em pó e queijos importados, a elevada concentração dos fornecedores no Mercosul e as incertezas climáticas mantêm o ambiente competitivo. A rentabilidade dependerá da eficiência produtiva, do controle de custos, da gestão do capital de giro, da diversificação dos canais e da capacidade de desenvolver produtos de maior valor agregado. Para o Nordeste, a expansão da captação precisa ser acompanhada pelo fortalecimento industrial e comercial para reduzir a dependência de importações e ampliar sua baixa participação nas exportações, especialmente se excedente.

6 Overview em Relação ao Relatório Anterior

Em comparação com o relatório de março de 2026 (Soares, 2026)¹⁷, o cenário atual mostra desaceleração do crescimento da captação no Nordeste, que passou da expressiva alta de 14,12% registrada no acumulado de janeiro a setembro de 2025 para avanço de 2,93% no primeiro semestre de 2026, ainda superior à média brasileira de 1,81%. Sergipe, Bahia e Ceará consolidaram-se como principais polos, reunindo 69,3% da captação regional. No comércio exterior, o quadro mudou parcialmente: o relatório anterior apontava aumento de 10,7% do déficit nordestino em volume em 2025, enquanto, de janeiro a agosto de 2026, o déficit em valor diminuiu, sobretudo pela redução das importações, e não pelo fortalecimento das exportações.

A principal mudança de risco está no clima. Em março, predominava a transição de La Niña para neutralidade, com tendência de formação do El Niño; no relatório atual, o fenômeno já estava em fortalecimento, com probabilidade superior a 90% de atingir intensidade muito forte. Para o Nordeste, esse avanço amplia os riscos de chuvas irregulares, temperaturas elevadas, restrição hídrica e menor oferta de forragem, exigindo antecipação de reservas alimentares e medidas de adaptação.

7 Sumário Executivo

O risco de crédito da cadeia de lácteos é administrável, porém crescente e heterogêneo. A captação aumentou 1,81% no Brasil e 2,93% no Nordeste no primeiro semestre de 2026, e a recuperação do preço do leite favoreceu a receita do produtor. Em sentido contrário, juros elevados, necessidade de capital de giro, concorrência das importações, volatilidade dos custos alimentares e avanço do El Niño aumentam a vulnerabilidade financeira. No Nordeste, Sergipe, Bahia e Ceará concentraram aproximadamente 69,3% da captação regional, ampliando a exposição a choques produtivos e climáticos nessas bacias.

Ambiente político-regulatório

- A bovinocultura leiteira possui elevada relevância econômica e social no Nordeste, especialmente para a agricultura familiar. Políticas de crédito, assistência técnica, compras institucionais e regularização sanitária podem reduzir riscos comerciais e operacionais quando contribuem efetivamente para produtividade, qualidade e formalização;
- A cadeia permanece exposta ao custo elevado do crédito. O Banco Central do Brasil registrou inadimplência de 5,4% no crédito às pessoas físicas em abril de 2026 e de 7,6% no crédito rural às pessoas físicas em fevereiro, maior valor da série mencionada no relatório. Esses indicadores não são exclusivos da atividade leiteira, mas demonstram maior risco no ambiente de concessão e acompanhamento das operações;
- O endividamento das famílias atingiu 49,8%, e o comprometimento da renda chegou a 29,3% em março de 2026. O quadro recomenda cautela nas projeções de demanda e na concessão de crédito a empresas dependentes do varejo de massa;
- A formalização sanitária e ambiental amplia o acesso a mercados, reduz o risco de interrupções e favorece a comercialização interestadual. Empreendimentos informais ou com pendências regulatórias apresentam maior risco operacional e menor capacidade de oferecer garantias comerciais estáveis;
- Na análise de crédito, devem ser observados o nível de formalização, a regularidade dos licenciamentos, o acesso efetivo à assistência técnica, a dependência de programas públicos e a compatibilidade entre o prazo do financiamento e a geração de caixa.

¹⁷ SOARES, K. R. Lácteos. Caderno Setorial ETENE, v. 11, n. 423, março, 2026. Fortaleza: Banco do Nordeste. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/cse/article/view/3367>. Acesso em: 21 set. 2026.

Meio ambiente - O efeito das mudanças climáticas	- O avanço do El Niño representa o principal vetor ambiental de risco no Nordeste. Em setembro de 2026, a probabilidade de o fenômeno atingir intensidade muito forte era superior a 90%, aumentando a exposição a chuvas irregulares, temperaturas elevadas, limitação hídrica e redução da oferta e da qualidade das pastagens; - Em maio, 38% do Nordeste estava livre de seca, mas mais de um terço da região ainda apresentava seca moderada. Em junho, os reservatórios monitorados nos estados nordestinos e em Minas Gerais armazenavam cerca de 53% da capacidade total;
Meio ambiente - O efeito das mudanças climáticas	- O risco climático pode comprometer a capacidade de pagamento por meio da redução da produção de leite, maior compra de concentrados, queda do desempenho reprodutivo e aumento dos gastos com água, energia, transporte e climatização; - Operações destinadas à expansão do rebanho ou ao aumento da capacidade produtiva devem demonstrar disponibilidade hídrica e alimentar suficiente para a nova escala; - São fatores mitigadores: reservação de água, estoques de silagem e feno, palma e outras forrageiras adaptadas, sombreamento, ajuste da lotação, genética adaptada, monitoramento climático e capacidade financeira para suplementação; - A ausência de planejamento forrageiro e hídrico deve ser considerada fator de elevação do risco de crédito, especialmente em sistemas dependentes de pastagens e sujeitos à estiagem.
Nível de organização do setor (existência de instituições de pesquisas específicas para setor, existência de associações etc.)	- A cadeia nordestina reúne produtores familiares, cooperativas, pequenos laticínios e empresas âncoras, com diferenças expressivas de escala, tecnologia, gestão e acesso ao mercado formal; - A captação formal cresceu 2,93% no Nordeste no primeiro semestre de 2026, acima da média brasileira de 1,81%. Sergipe, Bahia e Ceará concentraram 69,3% do volume regional, evidenciando maior organização produtiva nessas bacias, mas também concentração territorial da oferta; - No Brasil, apenas 122 estabelecimentos, equivalentes a 6% das unidades classificadas por faixa de aquisição, responderam por 68% da captação no segundo trimestre. Os estabelecimentos que recebiam até 10 mil litros por dia representaram 65,5% das unidades, mas somente 3,7% do volume; - A concentração pode favorecer escala, padronização, assistência técnica e logística. Em contrapartida, aumenta a dependência dos produtores em relação a poucos compradores e amplia o risco de concentração comercial; - O risco é maior entre agentes sem contratos regulares, controles financeiros, registros de produção, cálculo do custo por litro, rastreabilidade ou separação entre recursos familiares e empresariais; - Cooperativas e associações podem reduzir custos de aquisição, assistência técnica e comercialização, mas a existência formal dessas entidades não é suficiente. A análise deve considerar governança, transparência, participação dos associados, controles internos, demonstrações financeiras e histórico de cumprimento das obrigações.
Resultados das empresas que atuam no setor	- A expansão da captação e a recuperação dos preços do leite favorecem a receita das empresas, mas as margens permanecem pressionadas por matéria-prima, alimentação animal, energia, embalagens, transporte, capital de giro e concorrência externa; - O preço líquido médio pago ao produtor alcançou R\$ 2,70 por litro no 2T2026. Na série da Conab, a média simples do Nordeste subiu de R\$ 2,19 em janeiro para R\$ 2,52 em agosto, alta de 15,1%. A valorização aumenta a receita dos produtores, mas também eleva o custo de aquisição dos laticínios; - A relação de troca com milho e sorgo melhorou em parte das praças entre janeiro e agosto. Contudo, em várias comparações, o poder de compra permaneceu inferior ao de agosto de 2025. - O déficit comercial brasileiro de lácteos aumentou de US\$ 625,48 milhões entre janeiro e agosto de 2025 para US\$ 723,72 milhões no mesmo período de 2026. Leite em pó e queijos concentraram aproximadamente 90,9% do valor importado, ampliando a concorrência nos segmentos mais padronizados; - No Nordeste, o déficit diminuiu de US\$ 94,72 milhões para US\$ 87,25 milhões, devido à redução do valor importado, e não ao fortalecimento das exportações. A região exportou US\$ 473,2 mil e importou US\$ 87,72 milhões no período, demonstrando baixa inserção externa. A demanda de lácteos do Nordeste é atendida por outras Regiões do País.
Perspectivas para o setor (expansão, estável ou declínio e perspectiva de se manter assim no curto, médio ou longo prazo)	- A perspectiva é de expansão moderada no curto e médio prazo, com elevada dispersão de resultados entre empresas, produtores e regiões. O Nordeste apresenta alta na captação e no potencial para ampliar o processamento regional, mas permanece exposto à baixa produtividade de parte dos sistemas, às importações e ao risco climático; - O mercado tende a crescer mais em valor do que em volume. Produtos básicos continuarão relevantes, enquanto categorias proteicas, funcionais, fortificadas, sem lactose e de maior conveniência oferecem oportunidades de agregação de valor; - A inflação dos lácteos foi heterogênea. Até agosto de 2026, leites e derivados acumularam alta de 12,51%, e o leite longa vida, de 26,49%. Leite em pó e creme de leite apresentaram deflação, mostrando diferenças na capacidade de repasse entre categorias; - No curto prazo, os principais riscos são El Niño, aumento do custo alimentar, necessidade de capital de giro, concorrência das importações e sensibilidade dos consumidores aos preços; - No médio prazo, o desempenho dependerá de produtividade, segurança hídrica, formação de reservas alimentares, formalização sanitária, qualidade do leite, diversificação do portfólio e capacidade de acessar mercados regionais e interestaduais; - Para fins de crédito, a disponibilidade hídrica os sistemas de produção será o fator chave para a economia da atividade.

Todas as edições do caderno setorial disponíveis em:

<https://www.bnb.gov.br/etene/caderno-setorial>

Conheça outras publicações do ETENE

<https://www.bnb.gov.br/etene>